

16. Protocolo de Cooperação com a SIC Esperança - Projeto Programar o Futuro.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação do protocolo de cooperação “Projeto Programar o Futuro” celebrado entre o Município de Braga e a SIC Esperança, ao abrigo da alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 8265

Data: 26/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Protocolo de Cooperação com a SIC Esperança - Projeto Programar o Futuro

Considerando:

- A crescente tendência e dependência digital das nossas sociedades e de vários Serviços, o que implica maior literacia digital e domínio das novas tecnologias por parte dos cidadãos, mitigando novas formas de exclusão;
- Que a informatização e digitalização de processos e Serviços implicará um aumento de procura de trabalhadores qualificados na área tecnológica;
- Que o Município de Braga foi convidado pela SIC Esperança para celebração de um Protocolo de Cooperação que procura (i) envolver formadores profissionais; (ii) desempregados e/ou empregados (*jovens entre os 18 e os 30 anos, com baixas qualificações que queiram melhorar a sua empregabilidade*) e (iii) crianças entre os 8 e os 14 anos que irão beneficiar da ação do grupo anterior, trabalhando em áreas da programação, código e robótica;
- Que o impacto do projeto em Braga resultará (i) na dinamização de uma sala digital aberta à comunidade, localizada na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva; (ii) na capacitação de 10 formadores profissionais; (iii) na formação de, pelo menos, 90 jovens nas áreas supramencionadas; (iv) abranger, pelo menos, 350 crianças em sessões sobre código e robótica.
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da ratificação do protocolo de colaboração entre o Município de Braga e a SIC Esperança, em anexo.

O Chefe de Divisão

Anexos:

- 1. MGD E/5791/2024**

Protocolo de Cooperação

Entre:

SIC Esperança - Associação de Solidariedade, com sede na Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos, com o número de identificação de pessoa coletiva 506 711 706, representada neste contrato por **Maria Mercedes Aliu Presas Pinto de Balsemão**, na qualidade de Presidente, e por **Francisco Presas Pinto de Balsemão**, na qualidade de Vice-Presidente, ambos com poderes para o ato, doravante designada por **"SIC ESPERANÇA"**

E

Município de Braga com o número de identificação fiscal 506901173 e sede na Praça Municipal 4700-435, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado por **"MUNICÍPIO"**

Doravante em conjunto designadas por **"Partes"**

Considerando que:

- A. A **SIC ESPERANÇA** procura estar atenta às grandes questões de carácter social, identificando e analisando as mais prementes necessidades e carências que afligem as populações, propondo soluções e apoios à realização de projetos que visem minorar estas problemáticas;
- B. Com o intuito de contribuir para a empregabilidade dos jovens portugueses na área da tecnologia, a **SIC ESPERANÇA** desenvolveu o projeto "Programar o Futuro" (doravante o "Projeto"), o qual consiste em disponibilizar formações a jovens nas áreas da programação, código e robótica e, bem assim, tecnologias da informação e comunicação, garantindo a aquisição dos instrumentos essenciais para a sua integração no mercado de trabalho. Para tal, será desenvolvido um plano de formação nestas áreas e criadas salas dotadas de equipamento tecnológico em 5 municípios do país;
- C. Para fins de implementação do Projeto, o Instituto Politécnico de Setúbal ("IPS") irá colaborar com a **SIC ESPERANÇA** mediante a celebração de um protocolo de colaboração, sendo que, nos termos deste protocolo, o IPS será a entidade responsável pela organização e implementação da formação associada ao Projeto, nos 5 municípios selecionados;
- D. O Município de Braga conta com 2151 colaboradores, sendo a que cidade é reconhecida como uma verdadeira 'smart & trendy city', posicionando-se na área da Inovação

baseada na sua dinâmica empreendedora de base tecnológica e integrada numa região tecnológica constituída, entre outros, pelos concelhos do Quadrilátero Urbano e do Cávado. Braga posiciona-se, ainda, como uma cidade feliz que ganha corpo pelos seus índices de qualidade de vida, sustentabilidade e dinâmica social e cultural e orienta a sua atuação segundo os valores de referência da consolidação, equilíbrio, sustentabilidade, rigor, transparência, gestão, solidariedade e promoção.

Com esse intuito, a atividade desenvolvida pelo universo municipal vai no sentido de promover o desenvolvimento territorial sustentado de Braga, assegurando a qualidade de vida, a coesão social e a atratividade económica, respondendo à satisfação das necessidades e expectativas dos diferentes públicos, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.

- E. O Município por considerar que o Projeto é pertinente para os seus munícipes e se enquadra na sua estratégia, associa-se à **SIC ESPERANÇA** como parceira no seu desenvolvimento.

É reciprocamente acordado e livremente aceite pelas Partes o presente protocolo de cooperação, adiante designado por "Protocolo", regulado pelos Considerandos *supra* bem como pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
{Objeto do Protocolo}

O presente Protocolo tem por objeto a definição dos termos e condições pelos quais se vai reger a cooperação entre a **SIC ESPERANÇA** e o Município, no âmbito do Projeto.

Cláusula Segunda
(Obrigações da SIC ESPERANÇA)

1. No âmbito do presente Protocolo caberá à **SIC ESPERANÇA**:

- a) Cumprir as suas obrigações de acordo com a legislação em vigor, em especial a relativa a entidades sem fins lucrativos, dispondo das correspondentes autorizações necessárias ao desenvolvimento da sua atividade;
 - b) Garantir e disponibilizar os equipamentos complementares necessários para as formações no espaço selecionado pelo Município para o desenvolvimento do Projeto;
 - c) Desenvolver planos de formação durante o primeiro ano de Projeto em cooperação com o IPS;
 - d) Identificar os beneficiários (jovens desempregados e/ou com empregos precários) durante o primeiro ano de Projeto em cooperação com o Município;
 - e) Escolher os formadores e garantir formações aos mesmos durante o primeiro ano de Projeto em cooperação com o IPS;
2. Considera-se como primeiro ano de Projeto, os 12 (doze) meses seguintes contados da data de assinatura do presente Protocolo.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Município)

No âmbito do presente Protocolo caberá ao Município:

- a) Escolher e garantir os espaços físicos onde serão prestadas as formações;
- b) Garantir os equipamentos mínimos para as formações, nomeadamente: cadeiras, mesas e Wi-Fi;

- c) Identificar potenciais beneficiários do Projeto durante os 4 (quatro) anos do Projeto;
- d) Escolher os formadores e garantir formações aos mesmos durante os 3 (três) anos seguintes ao primeiro ano de Projeto;
- e) Desenvolver planos de formação durante os 3 (três) anos seguintes ao primeiro ano de Projeto;
- f) Identificar parceiros no terreno;
- g) Garantir a conservação e manutenção dos equipamentos disponibilizados pela **SIC ESPERANÇA** no âmbito do Projeto e dinamizar atividades nos espaços físicos onde serão prestadas as formações, durante, pelo menos, os 3 (três) anos seguintes ao primeiro ano de Projeto;
- h) Enviar relatórios anuais à **SIC ESPERANÇA** durante os 3 (três) anos seguintes ao primeiro ano de Projeto, até ao final do mês de janeiro seguinte ao ano a que respeita o relatório, onde conste o plano de formações e de atividades que foi seguido, o nº total de beneficiários do Projeto e os eventuais parceiros do Projeto durante o referido ano;
- i) Fazer constar, com o destaque devido, a participação da **SIC ESPERANÇA** na documentação divulgada em todos os meios de comunicação social, e ainda, em todos os relatórios anuais de atividade do **Município**.

Cláusula Quarta (Estágios)

1. Após a conclusão das formações, o **Município** compromete-se a garantir aos beneficiários do Projeto um estágio remunerado, durante o qual serão devidamente acompanhados pelos formadores, o qual consistirá em lecionar aulas no âmbito das áreas código e robótica a algumas crianças matriculadas em escolas públicas do Município de Braga].
2. O estágio terá uma duração total de 12 horas.
3. Como contrapartida, o **Município** pagará aos beneficiários 150,00€ pelo estágio. Este montante será fornecido pela **SIC ESPERANÇA** ao **Município**, sendo que, em todo o caso, ao **Município** terá a responsabilidade de efetuar diretamente o pagamento aos beneficiários. A gestão dos estágios e, bem assim, todas e quaisquer responsabilidades laborais, designadamente, elaboração de contratos de estágio com os beneficiários, pagamento de subsídios, entre outras, ficarão exclusivamente a cargo da **SIC Esperança**.
4. A seleção das crianças que irão beneficiar do estágio será responsabilidade do **Município**.

Cláusula Quinta (Aquisição dos equipamentos)

1. Ao fim do segundo ano de Projeto, e consoante o que conste no relatório anual enviado pelo **Município** à **SIC ESPERANÇA** indicado na alínea g) da Cláusula anterior, a **SIC ESPERANÇA** irá reavaliar a manutenção do Projeto e poderá tomar uma de duas decisões:
 - a) Doar todos os equipamentos ao **Município**, caso considere que o **Município** está a cumprir com as suas obrigações previstas na Cláusula Terceira e que Projeto está a ser desenvolvido;
 - b) Solicitar a devolução de todos os equipamentos e notificar o **Município** da intenção de resolução do presente Protocolo nos termos previstos na Cláusula Sexta *infra*, caso considere que o **Município** não está a cumprir com as suas obrigações previstas na Cláusula Terceira e que Projeto não está a ser desenvolvido.
2. No caso da alínea b) do número anterior, os custos de recolha e devolução dos equipamentos à **SIC ESPERANÇA** correrão por conta do **Município**.
3. Quaisquer danos aos equipamentos, à exceção das deteriorações decorrentes do desgaste natural e do seu uso normal, serão responsabilidade do **Município** e, serão por esta assumidos.

Cláusula Sexta
(Alteração do Projeto)

Qualquer alteração ou modificação dos objetivos aprovados pelas Partes relativamente ao Projeto carece do prévio consentimento dos seus subscritores, que o devem manifestar por escrito. A **SIC ESPERANÇA**, se assim o considerar conveniente, poderá propor por escrito ao **Município**, a introdução de modificações que no seu entender consubstanciem uma maior eficácia na prossecução dos objetivos deste Projeto. Rececionada a proposta de alteração, O **Município** procederá à correspondente apreciação e manifestará a sua decisão à **SIC ESPERANÇA**, dentro de um prazo razoável, nunca superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de receção da proposta de alteração. Se a resposta do **Município** for negativa, ficará sem efeito qualquer alteração ao Projeto, mantendo-se o aprovado inicialmente.

Cláusula Sétima
(Incumprimento e Resolução do Protocolo)

1. Qualquer incumprimento das obrigações constantes no presente Protocolo que possa ser sanado, deverá ser notificado por escrito, através de carta registada com aviso de receção, pela Parte lesada à Parte faltosa, a qual deverá sanar o incumprimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2. No caso de o incumprimento não ser sanado no prazo estabelecido no número anterior da presente Cláusula, ou não ser possível de sanar, considerar-se-á o mesmo como definitivo.
3. O incumprimento definitivo confere à Parte lesada o direito à resolução do Protocolo, bem como o direito à indemnização a que o referido incumprimento possa dar lugar, nos termos gerais de direito.
4. A resolução referida no número anterior deverá ser notificada à Parte faltosa, através de carta registada com aviso de receção, operando automaticamente a contar da data da sua receção.

Cláusula Oitava
(Força Maior)

1. Nenhuma das Partes poderá ser responsabilizada pelo não cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações por si assumidas ao abrigo do presente Protocolo, na exata medida em que tal resulte da ocorrência de uma situação de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade das Partes, e que por elas não possa ser controlada, tal como causas de guerra (declarada ou não), tumultos, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões ou outras situações não controláveis pelas partes que impeçam ou prejudiquem o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo.
2. A Parte cujo cumprimento foi afetado pela ocorrência de alguma das situações previstas no ponto anterior deverá, de imediato, notificar a outra parte, bem como praticar atos e tomar medidas necessárias para limitar ou restringir os respetivos efeitos adversos.
3. A Parte referida no número anterior deverá também informar a outra sobre a data previsível para a reposição da normalidade, e notificá-la formalmente logo que tal aconteça.

Cláusula Nona
(Alterações ao Protocolo)

Qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Protocolo, será reduzido a escrito e assinado pelas Partes e, para todos os efeitos, fará parte integrante do mesmo.

**Cláusula Décima
(Vigência)**

O presente Protocolo terá a duração de 4 (quatro) anos contados da data da sua assinatura, salvo os casos de cessação antecipada previstos neste Protocolo ou nos termos gerais de direito.

**Cláusula Décima Primeira
(Comunicações)**

1. Salvo em caso de indicação expressa em contrário, as comunicações entre as Partes a efetuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante carta, ou/e correio eletrónico e dirigidas para os seguintes endereços:

SIC ESPERANÇA

A/C:
Rua Calvet de Magalhães, 242,
2770-022 Paço de Arcos
Telefone: +351 21 424 64 90

MUNICÍPIO DE BRAGA

A/C:
Morada: Praça Municipal – 4700-435 Braga
Telefone: 253 616 060

2. As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações ou notificações efetuadas através de correio eletrónico só se consideram válidas com o respetivo comprovativo de envio, sendo igualmente necessário neste último caso, recibo de leitura.
4. As Partes deverão comunicar qualquer alteração aos dados indicados, no ponto 1 da presente cláusula, para as comunicações entre as Partes, nomeadamente qualquer alteração do responsável do Município pelo projeto, mediante carta registada com aviso de receção.

**Cláusula Décima Segunda
(Lei Aplicável e Foro)**

1. O presente Protocolo será regido pela lei portuguesa.
2. Em caso de litígio emergente da validade, eficácia, interpretação, aplicação e integração do presente Protocolo, as partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e/ou outros tidos por oportunos no sentido de obter uma solução concertada para a questão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Quando não for possível uma solução amigável e negociável, qualquer das Partes poderá a todo o momento, recorrer ao foro da Comarca de Lisboa Oeste (Oeiras), o qual fica assim definida como único foro competente para dirimir litígios.

Por ser esta a expressão de vontade das Partes, as mesmas assinam o presente Protocolo, em dois exemplares, ficando um para cada uma das partes.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2023.

SIC ESPERANÇA

MUNICÍPIO DE BRAGA